

# UPDATE

opdc

digital business  
community

#83

MAIO 2022



Jantar Reservado

MÁRIO  
CAMPOLARGO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA  
DIGITALIZAÇÃO E DA  
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

# Fazedores do futuro digital

Só há políticas públicas eficazes quando governo, sociedade e atores económicos se mobilizam para endereçar os problemas. Por isso, reforçar a colaboração é uma prioridade para que a execução dos fundos estruturais torne Portugal num país verdadeiramente digital.

**HOJE, OS PROBLEMAS** com que nos defrontamos assumem uma complexidade cada vez maior. Pelo que para se poderem definir e implementar políticas públicas eficazes é necessário que todos os stakeholders se mobilizem. O reforço da colaboração com as empresas TIC é também um ponto essencial, para que as medidas inscritas no PRR e no Plano de Ação para a Transição Digital tenham um verdadeiro impacto na economia e na sociedade. A mensagem é o Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, Mário Campolarg, num jantar reservado realizado pela APDC.

“É fundamental que o Estado consiga garantir um ambiente de negócios competitivo em Portugal. Para isso, é necessário eliminar um conjunto de custos de contexto que têm a ver com a forma como a Administração Pública funciona”, afirmou o Presidente da APDC no início do encontro.

Para Rogério Carapuça, o país tem vindo a distinguir-se na Europa no âmbito do governo

eletrónico, mas é preciso fazer mais. “É um processo continuado, de muitos anos. É fácil a inércia instalar-se, mas nunca se deverá deixar esmorecer”, defende, adiantado que o processo envolve “pequenas reformas, que vão fazendo um Estado mais eficiente e com uma máquina da AP mais amiga do cidadão. A forma certa de medir a eficiência do Estado, do ponto de vista da sua simplicidade e digitalização, não é saber quantos serviços estão online, mas sim saber quanto tempo se demora a resolver um problema do cidadão”.

Por isso, “estamos todos muito esperançados, porque temos um Secretário de Estado com muita experiência nesta área, numa AP muito mais complexa do que a portuguesa, que é a europeia. A chegada de Mário Campolargo representa um sinal de continuidade deste esforço que tem, de facto, modernizado o país, mas que é necessário continuar e fazer cada vez mais e melhor”.

Neste encontro, reservado aos Presidentes dos Patrocinadores Anuais da APDC e membros da



Neste encontro reservado, que decorreu a 25 de maio, Mário Campolargo salientou que tendo em conta os problemas atuais, muito mais diversos e complexos, é pela mobilização da sociedade civil e dos atores económicos e sociais que se conseguem levar as políticas à prática

Direção, que decorreu num formato informal, visando o reforço da colaboração e o estreitamento de relações com as empresas TIC, Mário Campolargo começou por destacar a relevância da Associação no panorama nacional, uma vez que agrega um conjunto de empresas essenciais para o futuro da transformação digital do país.

#### REMOVER OBSTÁCULOS E CUSTOS DE CONTEXTO

Considerando que juntar as áreas da digitalização e da modernização administrativa numa única Secretaria de Estado “tem uma força muito

importante”, sendo “dois lados de uma moeda extremamente importantes para desenvolver uma economia”, destacou a necessidade de remover obstáculos e custos de contexto, assim como da implementação do trabalho da transição digital, iniciada pelo anterior Governo, que terá agora de ser aprofundado.

Já a modernização da AP é “um desafio sobremaneira importante, onde a tecnologia tem um papel relevante. Mas o que é mais importante é simplificar e racionalizar processos e concentrar nos cidadãos e nas empresas”.

Fundamental agora, nas palavras do governante,

é que os compromissos “levem a resultados que tenham impacto na economia e na sociedade. É isso que temos de fazer, com as medidas que estão inscritas no PRR e no Plano de Ação para a Transição Digital”.

“Não há políticas que sobrevivam ou sejam eficazes quando a AP e o Governo se arrogam a percepção de que conseguem resolver o problema. Os problemas hoje são muito mais diversos e complexos, interagem entre múltiplas disciplinas e áreas governativas, e é de facto pela mobilização da sociedade civil e dos atores económicos e sociais que conseguimos levar as políticas à prática”, acrescenta.

Por isso, pede a todos o compromisso para se continuar a avançar “em áreas que são importantes para Portugal, como a literacia digital ou a experimentação em test beds para ajudar as PME com infraestruturas que possamos pôr à sua disposição. Se todos entendermos que há uma oportunidade de ganhar tração, quando pensamos nas Zonas Livres Tecnológicas, ou quando ajudamos o comércio local a digitalizar-se e a ganhar valor, ou quando apoiamos as startups para que se possam internacionalizar e criar massa crítica, atraindo talento, seria para mim ideal”.

Para o Secretário de Estado, há que deixar de falar “numa política governamental, para passar a ser uma política que tem o ownership dos atores e do país. Porque só assim é que Portugal se pode transformar num parceiro internacional credível na área digital. Na APDC, existem empresas que são chave neste processo e para o país. E é da confluência e convergência de interesses que podemos avançar”.

Assim, lançou aos presentes o desafio de aborda-

rem duas perspetivas “particularmente importantes: exteriorizarem áreas onde as empresas TIC possam ajudar, fazendo com que as políticas que estão a ser seguidas pelo Governo possam ser mais efetivas; e destacarem os pontos que ainda têm que ser endereçados”.

Mário Campolargo compromete-se “sempre a ouvir, para poder tomar decisões a partir de dados objetivos, evidências e com uma elaboração de contexto que seja importante. As empresas podem e devem colaborar nesta missão, nesta jornada para tornar o país mais digital e, ao mesmo tempo, dar pistas sobre coisas que ou estão a ser mal endereçadas ou que são parte de um desafio do futuro”.

#### CAPACIDADE HUMANA E TECNOLÓGICA PRECISAM-SE

Os líderes das empresas TIC presentes responderam ao desafio, enunciando as áreas onde consideram que terão de ser tomadas mais medidas para acelerar a digitalização e a modernização da AP e do tecido empresarial nacional. Capacitação das empresas, literacia, PME e, sobretudo, o talento e a sua crescente escassez no mercado nacional foram temas abordados no período de debate deste encontro.

Questionado sobre a visão que tem da capacitação das empresas para enfrentar com sucesso o desafio da digitalização, o governante considerou que “não é possível desenvolver uma estratégia nacional, particularmente no digital, sem ter em conta a capacidade do país para a levar para a frente. Portugal como nação digital tem de refletir as empresas do digital, mas ir muito além delas. Se algumas são core, como as do setor TIC, porque são enablers e catalisado-



O presidente da APDC considera fundamental que o Estado consiga garantir um ambiente de negócios competitivo. O que passa por eliminar um conjunto de custos de contexto que têm a ver com a forma como a AP Pública funciona

ras de alguma disrupção, há toda uma miríade de empresas que têm de saber beneficiar dessa capacidade e de evoluir”.

Para Mário Campolargo, “terá de haver uma crença absoluta na capacidade do tecido empresarial”, que terá de se saber desenvolver tecnologicamente e em termos de capacidades digitais. Citando os dados do DESI, que mostram a persistência de um défice nacional na utilização das ferramentas e serviços digitais, conside-

rou ser necessário apostar numa estratégia que permita ultrapassar definitivamente este constrangimento: “temos de encontrar capacidade humana e tecnológica para responder verdadeiramente ao desafio do mundo digital”.

O tema do talento centrou todas as atenções, dadas as crescentes dificuldades das empresas em conseguir encontrar profissionais qualificados para o digital, face a uma concorrência internacional que oferece melhores condições



## Mário Campolargo

Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização  
Administrativa

“O que é importante é que os compromissos que temos, seja a nível governamental, seja de empresas, levem a resultados que tenham impacto na economia e na sociedade. É isso que temos de fazer com as medidas inscritas no PRR e no Plano de Transição para o Digital”

---

“Não há políticas que sobrevivam ou sejam eficazes quando AP e Governo acham que conseguem resolver tudo. Não, os problemas hoje são muito mais diversos e complexos, interagem entre múltiplas disciplinas e áreas governativas. É, de facto, pela mobilização da sociedade civil e dos atores económicos e sociais que conseguimos levar as políticas à prática”

---

“As empresas podem e devem colaborar nesta missão, nesta jornada para tornar o país mais digital. E, ao mesmo tempo, dar pistas sobre coisas que ou estão a ser mal endereçadas ou que são parte de um desafio do futuro”

---

“Não é possível desenvolver uma estratégia nacional, particularmente no digital, sem ter em conta a capacidade do país para a levar para a frente. Portugal como nação digital tem de refletir as empresas do digital, mas ir muito além delas. Se algumas são core, como as das TIC, porque são enablers e catalisadoras de alguma disrupção, há toda uma miríade de empresas que têm de saber beneficiar dessa capacidade e de evoluir”

---

“Terá de haver uma crença absoluta na capacidade do tecido empresarial, que terá de se saber desenvolver tecnologicamente e em termos de capacidades digitais. Temos de encontrar capacidade humana e tecnológica para responder ao desafio do mundo digital”

---



O governante não tem dúvidas de que o 5G terá um papel essencial no futuro do país, acelerando o processo de digitalização através das suas características próprias e pelos efeitos de multiplicação

e está a levar à saída de muitas pessoas para o estrangeiro. O secretário de Estado admite tratar-se de um problema ao nível global, sendo que o nosso país concorre com muitos outros nesta matéria. No entanto, destaca as vantagens competitivas nacionais na atração de talento, que têm provado ter tido sucesso.

Garantindo que o Governo tem “uma motivação muito grande” nesta matéria, nomeadamente para definir um pacote de incentivos para a atração de talento estrangeiro, defendeu que “há que continuar a trabalhar e contar com

o apoio de cada vez mais investimentos realizados no país”.

Os projetos em curso de cabos submarinos, que trazem uma nova centralidade geográfica a Portugal, abrem claramente novas e relevantes oportunidades, através de novos investimentos em centros de competências que criam à sua volta importantes ecossistemas.

Salientou ainda a ‘marca Portugal’, que na sua perspetiva deverá incluir a palavra digital, que representa um desafio e um compromisso de todos os players e que só terá sucesso se todos

colaborarem neste objetivo comum. Existindo múltiplos desafios no mercado, nomeadamente na atração do talento estrangeiro para o nosso país, adiantou que a “digitalização é transversal ao Governo e todos temos uma posição de facilitar a inovação, nomeadamente com medidas temporárias que permitam a transferência de pessoas e de tecnologias”.

Projetos de requalificação, como o Programa UPskill, são também peças-chave para a geração de talento, sendo iniciativas inovadoras, já que vêm responder a necessidades concretas das empresas. “A capacidade de pensar é um desafio para todos. O que é cada vez mais importante é a flexibilidade mental e expandir o conhecimento”, desde a base da educação até à qualificação de pessoas, gerando “uma nova cultura”. Caso contrário, “será dramático: seremos meros utilizadores de tecnologia e não fazedores do futuro digital”.

Ao nível da Administração Pública, o governante admitiu que persistem ainda silos e entropias que há que resolver e simplificar. “Temos de fazer um procurement inovador. Criar uma dinâmica de entrada e de saída das empresas mais rápida e com maior agilidade. Há esquemas internacionais que teremos de estudar para respondermos à dinâmica do mercado”, disse.

A lacuna em termos de informação sobre a necessidade de digitalização das PME portuguesas foi também abordada. Neste âmbito, Mário Campolargo entende que tudo passa por apostar no combate à iliteracia, tanto dos trabalhadores como dos líderes. “A questão tem a ver com o nosso tecido industrial, muitas vezes focado em áreas tradicionais. Mas cada vez mais estas entidades e as suas associações têm a perce-

ção da importância do digital”, afirma. Defende também o papel essencial que desempenhará o 5G no futuro do país, acelerando todo o processo de digitalização, pelas suas características próprias e os efeitos de multiplicação.

Já no que se refere à cibersegurança e ao avolumar dos desafios, com a pandemia, defendeu tratar-se, em primeiro lugar, de um tema de pessoas, que terão de ser consciencializadas dos riscos e de como os endereçar. Mas o quadro regulamentar em vigor, a par de um quadro de boas práticas e da certificação das empresas em cibersegurança trazem algumas garantias. Embora subsistam dificuldades práticas, já que muitas organizações continuam a deixar o tema para mais tarde, quando hoje ele se tornou uma prioridade estratégica. •



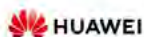
## >>>> Aceda à Reportagem Fotográfica

<https://www.flickr.com/photos/apdc/albums/72177720299253015>

### Patrocinadores Silver








### Parceiros para o Talento




### Patrocinadores Bronze















### Parceiros



